

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 10/SES/GAB-JRECURSOS/2025**

PROCESSO Nº 1320.01.0135145/2023-23

**JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde

UNIDADE VISITADA: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Muriaé

ATIVIDADE SISAUD: 748

SEI: 1320.01.01.35145/2023-23

RECORRENTE:

- Sra. L.A.A. – Secretária Municipal de Saúde (Pessoa Jurídica)

- Sr. M.G.O. (Pessoa Física); Sr. P.C.O. (Pessoa Física)

**RELATÓRIO**

Trata-se de auditoria especial realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Barbacena, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Ponte Nova no Sistema Municipal de Saúde de Muriaé, no período de 3 a 7/6/2024, em atendimento à demanda encaminhada pela URS Ubá, para apurar denúncia de possível irregularidade no processo regulatório de pacientes que estaria sendo feito pelos próprios prestadores de serviços.

A auditoria em questão originou os Ofícios de Notificação SES/GAB-AUDSUS nº 49/2025, 50/2025, 51/2025 e 52/2025, em virtude de constatações não conforme, seguidas de penalidades impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório de Auditoria Consolidado – Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé (doc. 107956328)

· Penalidade de Advertência Escrita

1 - Constatação nº: 688154 – A SMS de Muriaé não realizou a regulação de acesso dos usuários aos prestadores hospitalares de Muriaé conforme as normas estabelecidas pelo SUS.

2 - Constatação nº: 688158 – A SMS não realizou controle e avaliação do acesso e o faturamento referentes às internações nos leitos SUS da UTI da Casa de Saúde Santa Lúcia, no período auditado, conforme prerrogativas do SUS.

## PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé se manifestou em relação as não conformidades registradas no Relatório Consolidado de Auditoria, por meio dos Ofícios nº 113 e 114/2025 SMS/ADJ/PMM de 13/3/2025 (doc. 109582569 e 109585059) encaminhado pelo Sra. L.A.A. (Secretária Municipal de Saúde).

As pessoas físicas notificadas assinaram os ofícios em conjunto com a Secretária Municipal de Saúde.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

Relatório Consolidado – Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé:

- Penalidade de Advertência Escrita

1 - Constatação nº: 688154 - A SMS de Muriaé não realizou a regulação de acesso dos usuários aos prestadores hospitalares de Muriaé conforme as normas estabelecidas pelo SUS.

A equipe de auditoria evidenciou:

*“Foi constatado que a SMS não detinha o controle da regulação de acesso dos usuários aos serviços hospitalares, sendo o próprio prestador responsável pelo gerenciamento e priorização na assistência destes. Na análise realizada em uma amostra de 95 espelhos das AIH eletivas dos procedimentos ortopédicos (Anexo I) realizados no prestador Hospital São Paulo, no período de março/2020 a dezembro/2023, e seus respectivos prontuários, foi verificado que todos os usuários eram originados de municípios pactuados em Muriaé sendo, entretanto, regulados pelo próprio prestador, sem gerência da SMS sobre as autorizações. Foram apresentados 6 Relatórios de Supervisão Hospitalar na CSSL, do período de junho a dezembro/2022. Em 83,3% destes relatórios, foi identificada ocupação de leitos sem a devida correspondência no mapa de leitos do SUS-Fácil, entretanto, não houve referência à forma de acesso ao atendimento hospitalar (pronto-atendimento da instituição ou transferência). Os Relatórios e Atas de reunião da Comissão de Avaliação de Contratos (CAC) de novembro/2022 e março/2023, que tratam da avaliação do 2º e 3º quadrimestres de 2022, respectivamente, evidenciam necessidade de trabalho de supervisão e auditoria hospitalar para garantia do cumprimento do fluxo de atendimento hospitalar e em relação aos indicadores: Taxa de ocupação de leitos e Tempo Médio de permanência em leitos de clínica médica e cirúrgica, com otimização da interlocução com o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e com hospitais de transição da microrregião de Muriaé.”*

Da normativa que fundamentou o apontamento das constatações não conformes:

- Portaria MS/GM nº 02 de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde:

(...)

Anexo XXVI

*Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)*

(...)

*Art. 5º A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)*

*I - regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, I)*

*II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II)*

*III - padronização das solicitações de procedimentos por meio dos protocolos assistenciais; e (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, III)*

(...)

*Art. 8º As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º)*

*§ 1º São atribuições da regulação do acesso: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º)*

*I - garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, I)*

*II - garantir os princípios da equidade e da integralidade; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, II)*

*III - fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, III)*

*IV - elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, IV)*

*V - diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, V)*

*VI - construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, VI)*

*VII - capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, VII)*

*VIII - subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, VIII)*

*IX - subsidiar o processamento das informações de produção; e (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, IX)*

*X - subsidiar a programação pactuada e integrada. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, X)*

(...)

*Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)*

(...)

*§ 3º Cabe aos Municípios: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º)*

*I - operacionalizar o complexo regulador municipal e/ou participar em cogestão da operacionalização dos Complexos Reguladores Regionais; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, I)*

*II - viabilizar o processo de regulação do acesso a partir da atenção básica, provendo capacitação, ordenação de fluxo, aplicação de protocolos e informatização; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, II)*

*III - coordenar a elaboração de protocolos clínicos e de regulação, em conformidade com os protocolos estaduais e nacionais; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, III)*

*IV - regular a referência a ser realizada em outros Municípios, de acordo com a programação pactuada e integrada, integrando-se aos fluxos regionais estabelecidos; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, IV)*

*V - garantir o acesso adequado à população referenciada, de acordo com a programação pactuada e integrada; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, V)*

*VI - atuar de forma integrada à Central Estadual de Regulação da Alta Complexidade (CERAC); (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, VI)*

*VII - operar o Centro Regulador de Alta Complexidade Municipal conforme pactuação e atuar de forma integrada à Central Estadual de Regulação da Alta Complexidade (CERAC); (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, VII)*

*VIII - realizar e manter atualizado o cadastro de usuários; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, VIII)*

*IX - realizar e manter atualizado o cadastro de estabelecimentos e profissionais de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, IX)*

*X - participar da elaboração e revisão periódica da programação pactuada e integrada intermunicipal e interestadual; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, X)*

*XI - avaliar as ações e os estabelecimentos de saúde, por meio de indicadores e padrões de conformidade, instituídos pelo Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS); (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, XI)*

*XII - processar a produção dos estabelecimentos de saúde próprios, contratados e conveniados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, XII)*

*XIII - contratualizar os prestadores de serviços de saúde; e (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, XIII)*

*XIV - elaborar normas técnicas complementares às das esferas estadual e federal. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, XIV) (...)*

- Resolução SES/MG nº 8.340, de 21 de setembro de 2022, que estabelece as diretrizes do Sistema Estadual de Regulação Assistencial no fluxo de Urgência e Emergência no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais.

(...)

*Art. 11 - A regulação de procedimentos eletivos e ambulatoriais é de competência dos municípios. (...)*

**Manifestação do Auditado:***“ Constatação 688154*

*Respeitosamente vimos enfatizar que seja reconsiderada a penalidade sobre a constatação supracitada, tendo em vista que na própria análise da justificativa fica inferida a existência de uma corresponsabilidade em relação a falha no processo regulatório dos pacientes no período e prestadores descritos.*

*Queremos enfatizar também que os apontamentos feitos foram e estão sendo sanados desde o momento que o município assumiu a gestão dos prestadores.*

*O município instituiu o protocolo de acesso das linhas de cuidado aos prestadores hospitalares descritos e informados nos anexos nº 1 a 6 presentes. Os mesmos protocolos podem ser acessados no site da prefeitura no seguinte endereço eletrônico: <http://muriae.mg.gov.br/protocolos-clinicos-da-sms/>*

*Além disso, ressalta-se que os leitos contidos na Casa de Saúde Santa Lúcia não estão sendo utilizados e nem faturados dentro do SUS, pois estão em processo de remanejamento para o prestador Casa de Caridade Hospital São Paulo desde a sua não renovação de contrato com o SUS, fato ocorrido no dia 312/10/2023 e evidenciado no anexo nº 7 que consta a ata de avaliação de contrato dos prestadores.*

*Destaca-se ainda ao fato do prestador Casa de Saúde Santa Lúcia não ter porta aberta e nem atendimento ambulatorial do SUS. Fato esse conformado pelos próprios representantes do Estado nas reuniões de Avaliação de Contrato, onde as respectivas atas encontram-se nos anexos nº 8 a 10.*

*Consequentemente, requer-se que sejam acolhidas as novas evidências referentes a Constatação nº 688154, para que seja reconsiderada para em conformidade com a legislação vigente, visto que todas as possíveis irregularidades foram justificadas e sanadas.*

*Por fim, solicitamos que seja anulada a aplicação da penalidade de advertência escrita, considerando que com a apresentação de novas provas, fica evidente que não existe nenhuma irregularidade no que tange a regulação de acesso dos usuários aos serviços hospitalares.”*

*Anexo 1 = portaria nº 110, de 15/10/2024 – estabelece o Protocolo Clínico Cardiológico no âmbito da Secretaria Municipal de SAÚDE (Anexo Único – Fluxo Assistencial);*

*Anexo 2 = Portaria nº 109, de 15/10/2024 – estabelece o Protocolo Clínico Cardiológico nas UBS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (Linha de Cuidados; Fluxograma da Cardiologia na UBS);*

*Anexo 3 = Portaria nº 111, de 15/10/2024 – estabelece o Protocolo Clínico Oftalmológico no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (Anexo Único);*

*Anexo 4 = Portaria nº 113, de 15/10/2024 – estabelece o Protocolo Clínico Procedimentos Cirúrgicos e Ambulatoriais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (Anexo Único – fluxo assistencial eletivo: cirurgia (opera já), fluxo traumatologia ortopedia – agendamento de consultas eletivas e de cirurgias eletivas;*

*Anexo 5 = Portaria nº 108, de 15/10/2024 – estabelece o Protocolo Clínico do Planejamento Familiar no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (fluxograma núcleos de aconselhamento familiar);*

*Anexo 6 = Portaria nº 112, de 15/10/2024 – estabelece o Protocolo Clínico Oncológico no âmbito da secretaria municipal de saúde (Linha de Cuidado Oncologia – fluxograma de acesso);*

*Anexo 7 = Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos hospitais da Microrregião de Muriaé de 7/11/2023;*

*Anexo 8 = Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos Hospitais de Muriaé de 4/7/2022;*

*ANEXO 9 = Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos hospitais da Microrregião de Muriaé de 14/3/2023;*

*ANEXO 10 - Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos hospitais da Microrregião de Muriaé de 7/11/2023.*

Conforme transcrito, a manifestação do auditado é no sentido de que existia corresponsabilidade da SES-MG na regulação do acesso, visto que o município não estava habilitado na gestão plena dos prestadores no período auditado. Em primeira instância a argumentação foi no sentido de que por meio do contrato firmado entra a SES e a Casa de Caridade de Muriaé a regulação dos usuários seria de total responsabilidade do Estado de Minas Gerais e não do município que era mero interveniente.

Nesse sentido apontamos que o contrato nº 155/2018 celebrado entre o prestador e a SES-MG, com interveniência da SMS de Muriaé, prevê como obrigações da interveniente dispor de serviço de controle e avaliação municipal, cabendo a ela a devida autorização de procedimentos, bem como a regulação da demanda e oferta de internações, consulta e exames especializados. (doc. 82998879– SEI 1320.01.0135163/2023-22). Assim sendo, a equipe de auditoria não acatou as justificativas apresentadas.

Informou que foram elaborados os protocolos das linhas de cuidado com os respectivos fluxos de acesso os quais foram apresentadas aos prestadores. Encaminhou cópias das portarias que contêm os protocolos conforme anexos 1 a 6.

Esclareceu, ainda, que os leitos existentes na Casa de Saúde Santa Lúcia não estão sendo utilizados porque não houve a renovação do contrato com o SUS conforme poderia ser verificado na ata que contém a avaliação de contratos dos prestadores – anexo 7. Que referidos leitos seriam remanejados para a Casa de Caridade Hospital São Paulo. Encaminhou cópias das atas de reunião da comissão de acompanhamento dos contratos (anexos 7, 8, 9 e 10, sendo que a ata contida no anexo 7 é a mesma do anexo 10).

Ressalta-se que as referidas atas já haviam sido apresentadas a equipe de auditoria.

Ainda de acordo com o que foi pontuado pela equipe de auditoria (análise das justificativas apresentadas em primeira instância), até fevereiro de 2023, conforme CNES a Casa de Saúde Santa Lúcia contava com 04 leitos de UTI adulto, 02 leitos de clínica cirúrgica e 02 leitos de clínica médica disponíveis ao SUS, situação que persistia até 2024.

Importante observar que a SMS elaborou os protocolos das linhas de cuidado com os devidos fluxos, os quais possibilitariam o controle de acesso dos usuários do SUS, entretanto, não restou demonstrado efetivamente como estaria sendo feito o acompanhamento dos prestadores, após assumir a gestão plena, com vista à organização do serviço de controle, avaliação e auditoria.

Assim sendo, a teor do que dispõe a legislação respectiva e o contrato celebrado entre a SES/Prestador, tendo como interveniente a SMS, nossa opinião S.M.J. é no sentido de que a penalidade de Advertência Escrita aplicada no presente item deverá ser mantida.

2 - Constatação nº: 688158 – A SMS não realizou controle e avaliação do acesso e o faturamento referentes às internações nos leitos SUS da UTI da Casa de Saúde Santa Lúcia, no período auditado, conforme prerrogativas do SUS.

A equipe de auditoria evidenciou:

*“Foram apresentados relatórios de supervisão hospitalar na CSSL, do período auditado, onde verificou-se ações com foco na averiguação da alimentação do sistema SUSFácil. Em 66,7% desses relatórios foram apontadas inconsistências entre o quantitativo de leitos de UTI livres/ocupados apurados in loco e o registrado no mapa de leitos do SUS-Fácil, as quais foram atribuídas pelo serviço de Supervisão e Auditoria do município de Muriaé (SMS), a erro na alimentação do sistema, pois os leitos estariam ocupados na instituição, mas informados como livres no sistema SUSFácil. Em 17,7% (1 relatório) houve relato da utilização do Pronto Socorro da instituição como porta de entrada por 1 paciente internado na UTI, sendo o paciente admitido em parada cardiorrespiratória. Tais relatórios não descrevem objetivo/avaliação do fluxo de acesso dos pacientes aos leitos de UTI, incluindo ações de monitoramento e providências junto à instituição, tendo em vista o fluxo regulatório estabelecido pelo município. Os Relatórios e Atas de reunião da Comissão de Avaliação de Contratos (CAC), que tratam da avaliação do 2º e 3º quadrimestres de 2022, respectivamente, evidenciam o cumprimento da meta referente à Taxa de ocupação da UTI, pela instituição. Entretanto, apontam a necessidade de trabalho de supervisão e auditoria, pela SMS, para garantia do cumprimento do fluxo de atendimento hospitalar. Em declaração no Termo de Entrevista, a Gestora informa que, conforme a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1634 de 18/11/2013, Anexo I, a Casa de Saúde Santa Lúcia não está relacionada no rol dos prestadores como porta de entrada hospitalar de urgência e que nesta condição, o fluxo de acesso aos leitos seria realizado por meio da Central Macro de Regulação. Em consulta ao SUSFácil e ao TabNet, verificou-se que no período de junho a dezembro de 2022, foram aprovadas 102 AIHs para atendimentos em caráter de Urgência na Casa de Saúde Santa Lúcia. Foram apresentados atos normativos de nomeação dos médicos autorizadores e documentos comprobatórios da formação destes, no período de 2020 a 2024. Foi apresentado o Documento Norteador da Rede de Urgência e Emergência (RUE) da Microrregião de Muriaé/2021, que caracteriza a CSSL e define seu papel como de retaguarda, para internação em UTI, nos termos da deliberação CIB/SUSMG nº 1634, de 18/11/2013.*

*A SMS de Muriaé não apresentou documentação comprobatória do controle e avaliação da produção hospitalar e do faturamento referentes às internações em leitos de UTI/SUS da CSSL, para a população própria e referenciada. Conforme informação do Coordenador do Serviço de Regulação, a Secretaria Municipal de Saúde não possui relatórios de monitoramento da produção hospitalar, pois o município assumiu a gestão dos seus prestadores em março de 2024, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.564 de 18/01/2024, sendo assim, esse era de responsabilidade do Estado, através da GRS/Ubá e, que após a assunção da gestão, não há mais contrato vigente entre a SMS e o referido prestador hospitalar. “*

Da Normativa Específica:

- Deliberação CIB-SUS/MG nº 283, de 13 de julho de 2006, que dispôs sobre a competência dos Municípios não habilitados em Gestão Plena de Sistema para a autorização dos serviços de saúde sob sua jurisdição:

*Art. 1º Fica pactuado que o Gestor Municipal do SUS, dos Municípios não habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal, deverá autorizar os procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade, por meio de profissional habilitado ou Comissão Autorizadora.*

*Art. 2º Fica pactuado que o Gestor Municipal do SUS, dos Municípios não habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal, deverá autorizar as internações,*

*por meio de profissional habilitado e de acordo com o quantitativo das AIHs distribuídas, mensalmente, pela SES/MG aos municípios do Estado de Minas Gerais.*

*Art. 3º Para o cumprimento do disposto nos artigos 1º e 2º, os Municípios não habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal deverão determinar o fluxo assistencial, de acordo com o pactuado na PPI – Assistencial e com os recursos financeiros alocados para a mesma. (...)*

- Resolução CIT nº 1, de 30 de março de 2021, que consolida as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Sistema Único de Saúde (SUS).

*(...)*

### *ANEXO III*

#### *RESPONSABILIDADES SANITÁRIAS*

*(Origem: Anexo 1 da Res. CIT 4/2012)*

*(...)*

#### *4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria*

##### *4.1 Municípios*

*(...)*

*k. Planejar e executar a regulação médica da atenção pré-hospitalar às urgências, conforme normas vigentes e pactuações estabelecidas;*

*(...)*

*n. Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;*

*(...)*

- Resolução SES/MG nº 8.340, de 21 de setembro de 2022, que estabelece as diretrizes do Sistema Estadual de Regulação Assistencial no fluxo de Urgência e Emergência no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais:

*(...)*

### *Seção III RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS*

*Art. 52 - São responsabilidades sanitárias relacionadas à gestão dos leitos hospitalares, no âmbito do SUS/MG, comuns para os municípios:*

*I - pactuar mecanismos que assegurem o acesso às ações e serviços de saúde do contratado de forma regulada;*

*(...)*



*III - submeter-se às regras de regulação do acesso instituída pela SES/MG e pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme pactuação entre gestores, disponibilizando a totalidade das ações e serviços de saúde contratados para a regulação do gestor;*

*IV - manter atualizado o Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde no seu território, segundo normas do Ministério da Saúde;*

*(...)*

*VI - monitorar e fiscalizar os contratos e convênios com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades públicas;*

*VII - monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;*

*(...)*

*Art. 54 - São responsabilidades sanitárias relacionadas à gestão dos leitos hospitalares, no âmbito do SUS/MG para os municípios intervenientes:*

*I - realizar a fiscalização da ocupação dos leitos hospitalares das instituições prestadoras de assistência ao SUS, das quais é interveniente e, em caso de identificação de inconsistências observadas entre a ocupação real e as informações lançadas pela instituição no mapa de leito do SUSfácilMG ou sistema que vier a substituí-lo, deverá ser determinado a atualização imediata da ferramenta estadual de regulação e comunicação com a CRRA adscrita em seu território;*

*II - como interveniente acompanhar, monitorar e apresentar as medidas cabíveis para restabelecimento dos recursos assistenciais mencionados no Art. 49 desta Resolução;*

*III - como interveniente, promover ações junto ao contratante para garantir que as instituições de saúde utilizem o SUSfácilMG ou sistema que vier a substituí-lo, com operadores nas 24 horas do dia, sete dias por semana;*

*IV - como interveniente monitorar e garantir que as instituições mantenham a atualização adequada do mapa de leitos do SUSfácilMG ou sistema que vier a substituí-lo, condizente com a realidade das ocupações e altas hospitalares dos estabelecimentos; e*

*V - como interveniente colaborar na identificação junto aos prestadores hospitalares e pré-hospitalares a necessidade de promover capacitações para operadores de sistema (teledigitadores) referente ao SUSfácilMG ou sistema que vier a substituí-lo, no módulo de Urgência e Emergência e buscar os meios para efetivação destas junto à CRRA de seu território. (...)*

**Manifestação do auditado:**

*“Constatação 688158*

*Respeitosamente vimos enfatizar que o município apresentou argumentos e fundamentos suficientes que os exime da responsabilidade total no processo de controle e avaliação do acesso e o faturamento referente às internações nos leitos do SUS da UTI da Casa de Caridade Santa Lúcia.*

*O município à época do período auditado era o interventor do contrato do SUS, estando bem claro na argumentação sinalizada na própria análise da justificativa, portanto não era o responsável por faturar as contas hospitalares conforme consta a RESOLUÇÃO SES/MG nº 8.340, de 21 de setembro de 2022 na seção III (responsabilidades dos municípios).*

*Art. 52*

*(...)*

*Art. 54*

*(...)*

*Em relação ao acesso dos leitos de UTI da Casa de Saúde, ficou muito bem estabelecido que o prestador não funcionava como porta aberta no atendimento aos pacientes do SUS, estando apenas os leitos da UTI reservados para o SUS desde a época da pandemia Covid-19. Tal situação fica evidenciada através das atas de reunião de Avaliação de Contratos contidas nos anexos n*

*º 1 a 4. Portanto, o único meio de acesso para tais leitos seriam através do complexo regulador conforme consta na RESOLUÇÃO SES/MG nº 8.340, de 21 de setembro de 2022*

*(...)*

*Atualmente, como citado acima, os leitos de UTI presentes no CNES da Casa de Saúde Santa Lúcia estão em processo de remanejamento para a Casa de Caridade Hospital São Paulo, aguardando apenas o término de uma obra de adaptação para a devida alteração. Tais informações estão constantes nas atas que se encontram nos anexos nº 5 a 11.*

*Consequentemente, diante da apresentação de novas provas que comprovam todo o alegado, requer-se que sejam acolhidas as novas evidências referentes a Constatação nº 688158, para que seja reconsiderada para em conformidade com a legislação vigente, visto que todas as possíveis irregularidades foram justificadas e sanadas.*

*Por fim, solicitamos que seja anulada a aplicação da penalidade de advertência escrita, considerando que com a apresentação de novas provas, fica evidente que não existe nenhuma irregularidade no que tange a regulação de acesso dos usuários aos serviços hospitalares.”*

*Anexo 1 = Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos Hospitais de Muriaé de 4/7/2022;*

*Anexo 2 - Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos hospitais da Microrregião de Muriaé de 14/3/2023;*

*Anexo 3 = Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos hospitais da Microrregião de Ubá e Muriaé de 5/7/2023;*

*Anexo 4 = Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Contratos dos hospitais da Microrregião de Muriaé de 7/11/2023;*

*Anexo 5 = Ata da Secretaria Executiva da Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora de 23/3/2023;*

*Anexo 6 = Nota Técnica nº 6/SES/URSIFO-CAS/2023”*

Mais uma vez o auditado reporta a manifestação apresentada em primeira instância, que aponta corresponsabilidade da SES-MG no controle e avaliação do acesso aos leitos SUS da UTI da Casa de Saúde Santa Lúcia, alegando que o município não estava habilitado na gestão plena dos prestadores, situação em que não era responsável pelo faturamento referente às internações nos leitos do prestador.

Argumentou que a CSSL não funcionava como porta aberta no atendimento ao SUS e que apenas os leitos de UTI estavam reservados para o SUS desde a pandemia do covid-19, citando como suporte os anexos 1 a 4 que contêm as atas de reunião da comissão de avaliação dos contratos. Nesse sentido, importa apontar que referida documentação já havia sido apresentada à equipe de auditoria.

Encaminhou os anexos 5 (ata câmara técnica CIB Macro Sudeste de 23.3.23 – revisão do plano de ação regional da RUE); anexo 6 (nota técnica que aprova remanejamento leitos de UTI para RUE); anexos 7, 8 e 9 (remanejamento leitos UTI – habilita 4 leitos no HSP e desabilita 4 leitos da CSSL) e anexo 10 (reunião CIB Macro 12/2024 – habilita HSP para urgência/ emergência pacientes com AVC).

Referida documentação teve por objetivo informar que os leitos de UTI constantes no CNES da Casa de Saúde Santa Lúcia seriam remanejados para a Casa de Caridade.

Nesse sentido pontuamos, novamente, que até fevereiro de 2023, conforme CNES, a Casa de Saúde Santa Lúcia contava com 04 leitos de UTI adulto, 02 leitos de clínica cirúrgica e 02 leitos de clínica médica disponíveis ao SUS, situação que persistia até 2024.

Do mesmo modo, apesar da documentação apresentada demonstrar medidas visando o remanejamento dos leitos para a Casa de Caridade/Hospital São Paulo, não restou demonstrado efetivamente como estaria sendo feito o acompanhamento dos prestadores, após assumir a gestão plena, com vista a organização do serviço de controle e avaliação do acesso e o faturamento referentes às internações nos leitos SUS.

Nesse sentido, a teor do que dispõe a legislação respectiva e o contrato celebrado entre o EMG/SES/SUS-MG e a Casa de Saúde Santa Lúcia tendo como interveniente a SMS, cláusula 8ª, IV (Das Obrigações da Interveniente), II, IX e X, caberia a SMS dispor de serviço de controle e avaliação para a devida autorização de procedimentos, bem como a regulação de demanda/oferta de internações, consultas e exames especializados.

Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade de Advertência Escrita aplicada pela equipe de auditoria para a constatação não conforme em análise.

## CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES - MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos, que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, mas que não foram apresentadas justificativas suficientemente aptas, acompanhadas de suporte probatório válido, S.MJ. a justificar as constatações não conformes em questão, situação em que opinamos pela manutenção das penalidades de Advertência Escrita aplicadas.

Belo Horizonte, 2 de maio de 2025.

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **112798518** e o código CRC **6BB2DA55**.